

Produção de Conhecimento em Meio Alternativo: Uma Experiência na Amazônia¹

Manuel José Sena DUTRA²

Universidade da Amazônia, Belém, PA

Resumo

A produção e a divulgação de conhecimento para destinatários não especializados, de modo desvinculado dos conceitos de jornalismo científico e das rotinas de captação e elaboração da notícia e dos textos interpretativos são o objeto deste trabalho. Um jornal alternativo, na região amazônica, embora negando tratar-se de jornalismo científico, chama a atenção do universo acadêmico. Seu editor solitário defende que a habilidade para produzir textos sobre ciência deve ser idêntica à habilidade para narrativas sobre quaisquer temas. Lúcio Flávio Pinto, autor do *Jornal Pessoal*, é considerado um dos maiores conhecedores da Amazônia nos seus mais diversificados aspectos: científicos, econômicos, ambientais, políticos.

Palavras-Chave: jornalismo científico; jornalismo alternativo; produção de conhecimento.

Introdução

A concepção do jornalismo como forma de conhecimento diferente daquela produzida pela ciência foi uma das grandes contribuições de Adelmo Genro Filho para a abertura de uma nova “clareira epistemológica” que está longe de se esgotar (MEDITSCH, 1992, 23). Fenômenos como o apresentado neste trabalho comprovam a tese Genro Filho. É quando o jornalismo vai muito além do surrado “factual” e esquiva-se das tendências contemporâneas de impregnar o labor informativo/interpretativo com o entretenimento, em detrimento do teor informativo e do conhecimento que o jornalismo tem o potencial de produzir em benefício da sociedade.

¹ Trabalho apresentado ao NP Comunicação Científica – Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista, doutor em Ciências Socioambientais, email: dutra.manuel@gmail.com

Reflexões desse tipo, embora essenciais ao trabalho de divulgação científica, deveriam ganhar destaque nas pautas de reuniões como foi o Primeiro Encontro Norte/Nordeste de Jornalismo Científico, realizado no final de junho em Campina Grande, PB, durante o qual este trabalho foi parcialmente relatado. Encontros que, aliás, deveriam esforçar-se para colocar na mesma mesa, além de pesquisadores e estudantes, os jornalistas que se acham nas Redações elaborando o produto que, no fundo, se torna objeto de nossas preocupações.

Uma tese de doutorado apresentada perante uma banca julgadora na Escola de Comunicações e Artes da USP, no dia 18 de março de 2008, pode suscitar uma série de indagações e hipóteses a respeito daquilo que poderíamos considerar a essência da divulgação pública da ciência, embora não tenha sido esse o eixo do problema da referida pesquisa.

A tese, da jornalista e professora Maria do Socorro Furtado Veloso (ECA-USP, 2008), pode ser considerada como o mais completo levantamento e análise de um fenômeno de jornalismo alternativo contemporâneo na região amazônica, produto do trabalho solitário do jornalista paraense Lúcio Flávio Pinto, sociólogo que abandonou o ambiente acadêmico no início de uma carreira científica promissora num dos principais centros de pesquisa do País, a Universidade de São Paulo, para retornar à Amazônia com a declarada intenção de contribuir para revelá-la ao Brasil e ao mundo pela via da pesquisa jornalística.

O jornalista e sociólogo atuou intensamente na chamada grande imprensa desde muito jovem, destacando-se o período de 18 anos em que trabalhou no grupo Estadão, em São Paulo, e como correspondente em Belém, cidade em que atuou também nos jornais A Província do Pará, porém foi em O Liberal onde mais produziu, levantando questões candentes sobre as políticas públicas para a Amazônia.

A partir de determinado momento, começou a perder espaço nesses jornais, em virtude de pressões internas e externas diante das temáticas levantadas a partir do rigor do método jornalístico de pesquisa que utiliza, das fontes consultadas e, sobretudo, da independência de seus textos.

I. Longe dos cânones

Embora tenha estado presente em ambientes acadêmicos e de pesquisa, Lúcio Flávio foi paulatinamente sendo também preterido nesses ambientes em virtude de não



aceitar os cânones e rituais clássicos da comunidade científica. Foi assim que esteve como pesquisador-visitante no Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade da Flórida, em Gainesville, mais tarde também do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da UFPA, considerado um nicho de excelência na região, e professor-visitante do Curso de Jornalismo da mesma universidade. Foi também consultor da Comissão Mundial de Barragens para o relatório de 2000, que definiu a hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, como um dos dez estudos de caso em todo mundo.

Membro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em julho de 2007 foi homenageado pela entidade, no congresso realizado em Belém, pela excelência de sua contribuição para a compreensão dos problemas nacionais relacionados com a Amazônia. Continua participando também de incontáveis eventos científicos dentro e fora da Amazônia, escrevendo artigos em coletâneas acadêmicas, realizando um sem-número de palestras. Nos 11 livros que publicou até agora e nas 14 coletâneas de que participou acha-se o que de mais importante o jornalista produziu nas últimas duas décadas.

Além de quatro Prêmios Esso de Jornalismo ganhos de modo individual e coletivo³, da recepção do Prêmio Colombe de la Pace, na Itália, e de dois Prêmios Fenaj, seu trabalho já rendeu diversos estudos acadêmicos, mais fora da Amazônia do que na região (no Pará, apenas uma dissertação de mestrado, além de citações laterais feitas por muitos pesquisadores). Em sua tese afirma Veloso (2008, p. 222) que

No desempenho do papel de intelectual público, Lúcio Flávio paulatinamente abandonou a condição de mediador de informação para assumir o status de voz especializada, de disseminador de saberes sobre a região, o que motivou o crescente reconhecimento do meio acadêmico.

A Academia já teve o Jornal Pessoal como objeto de análise em oito teses e dissertações, a maior parte delas centralizadas no ECA-USP, além, como já dito, de um número impreciso de referências em livros e revistas científicas. O destaque é sempre no sentido de análise de um trabalho que produz conhecimento sobre uma região que, a despeito de seu significado como banco genético e sua magnitude física

³ O individual é referente a reportagem sobre o Projeto Jari, em 1984. Os outros são coletivos e nacionais: a edição especial da revista Realidade sobre a Amazônia (1971), a série do Estadão sobre as mordomias (1976) e sobre problemas de terras na Amazônia (1977), que teve menção honrosa.

em relação ao território brasileiro, continua, ainda, vista como algo exótico e distante do Brasil.

MARTINS (1980) acredita que Lúcio Flávio seja “um dos pesquisadores que, com mais competência, se lançou no rastro desse saque [a ocupação da Amazônia no seu aspecto histórico e contemporâneo]”. Para José de Souza Martins (idem), o jornalista paraense “é tido, com justa razão, como um dos melhores conhecedores dos problemas sociais, políticos e econômicos...” da região.

Esse tipo de reconhecimento do ambiente científico o colocou na posição de um dos maiores especialistas sobre a região, dominando, pelo conhecimento e estudo intermitente, variadas temáticas, entre elas a construção de usinas hidrelétricas e suas implicações técnicas, sociais e econômicas. Domina, como poucos, questões ligadas à mineração, ao meio ambiente, ao direito agrário e à política regional.

Em lugar do ostracismo que os meios convencionais tentaram lhe impor, Lúcio Flávio decide criar, em 1987, o *Jornal Pessoal*, nome que diz de si. A ninguém teria que dar satisfações pelas informações que desejasse produzir e divulgar. O JP, como ficou conhecido nos últimos 20 anos, passou por todos os percalços de uma iniciativa desse tipo. No período de 20 anos, até 2007, deixou de circular em alguns momentos por dificuldades financeiras, foi vendido a assinantes, circulou em bancas, sofreu muitos processos por vasculhar fontes e informações vetadas pela “grande” imprensa regional. Aliás, é esta característica – a de publicar temas ocultados pelos principais jornais amazônicos – que dá ao JP a característica de alternativo, ou seja – fiel ao termo – busca um *alterum*, uma outra forma de mostrar conteúdos cuja gravidade não motiva o rompimento de históricas solidariedades entre os grupos de poder regionais, entre si, e ao mesmo tempo aliados aos detentores do capital externo (nacional e estrangeiro) que, nos últimos 40 anos, decidiu transformar a Amazônia *à la diable*, acelerando, pelos tratores D-8 e pelas correntes por eles arrastadas, um processo de devastação que vem de 400 anos, mas que agora intensificava-se, racionalizava-se mantendo a lógica do colonizador, cuja essência é que a riqueza natural de regiões como a Amazônia aí está para a solução de problemas metropolitanos, não dos povos que a habitam.

II. Fora das rotinas

O jornal de Lúcio Flávio Pinto, com aparência de apostila, formato A-4, sem fotos, mas com ilustrações bem humoradas produzidas por seu irmão Luiz, apenas



circula hoje em bancas e é enviado para poucos fora de Belém. Aliás, por poucos é lido, com uma tiragem de 2 mil exemplares, a 3 reais a unidade, em geral com 12 páginas que se reproduzem em cópias reprográficas que circulam por ambientes os mais variados, em alguns deles como autêntico meio underground que não pode ser lido abertamente ou explicitado em voz alta. No entanto, os poucos que o lêem o têm como referência notadamente para fatos e análises de questões sonegadas pela mídia em geral. Um universo leitor mais de qualidade do que de quantidade. As elites de poder de Belém o procuram mais nos momentos em que Lúcio Flávio esmiúça a permanente contenda entre as famílias Barbalho (do deputado federal, ex-senador, ex-governador e ex-ministro Jader Barbalho, dono do jornal Diário do Pará e do Grupo RBA – Rede Brasil Amazônia, afiliada ao grupo Bandeirantes) e os Maiorana (do grupo ORM, Organizações Rômulo Maiorana de Comunicação, donos do jornal O Liberal, TVs e Rádios, TV a cabo, afiliados à Rede Globo). “Ambos têm razão quando se acusam”, costuma afirmar Lúcio nesses casos.

Lúcio evoluiu, com seu JP, para uma forma de fazer jornalismo distinta das rotinas habituais dessa atividade. A credibilidade adquirida por seu labor solitário ensejam-lhe uma posição enunciativa privilegiada e que difere dos demais jornalistas: Lúcio informa, analisa, dá seus pontos de vista com um texto no qual quase nunca se percebe a existência de aspas. Ele aparece aí como intelectual público, jornalista-autor e, muitas vezes, como fonte das informações contidas em relatos de fatos que presencia, analisa, interpreta.

Torna-se assim fiel ao nome do meio de comunicação que lhe resta: algumas folhas A-4 nas quais oferece informações e o seu pensamento. Aliás, o jornalista paraense, nascido na cidade de Santarém, pouco tem podido presenciar os fatos que testemunhava de corpo presente nos anos em que não respondia a 14 processos judiciais simultâneos, como informou em janeiro de 2008 (VELOSO, 2008, p. 175).

III. Distante dos laboratórios

A questão que se levanta aqui é: a partir do visto na sucinta descrição acima, pode a comunidade científica e a comunidade dos jornalistas científicos considerarem o trabalho de Lúcio Flávio como divulgação da ciência, que no título chamamos apenas de conhecimento? O autor do Jornal Pessoal diz que não, que seus textos são apenas

jornalismo e que utiliza o saber metódico da ciência como forma de enriquecer as matérias jornalísticas.

Lúcio vem daquela geração para a qual a especialização não deve ser empecilho para a cobertura de qualquer temática da vida social, como veremos, no prosseguimento deste trabalho, nas palavras do próprio pauteiro-repórter-redator-editor-pensador do JP. Para essa forma de jornalismo, o que importa é não sonegar ao leitor aquilo que o jornalista julga imprescindível para o conhecimento público, por meio do qual a sociedade pode mobilizar-se.

Uma das críticas contemporâneas ao jornalismo científico, particularmente o praticado no Brasil, é que essa especialização tende, em alguns casos, a se confundir com o trabalho das assessorias de imprensa de entidades de pesquisa ou, em casos extremos, alguns meios produzem matérias cuja leitura atenta deixa dúvidas sobre o seu caráter essencialmente jornalístico, como nas reportagens sobre descobertas de novos remédios, novos procedimentos cirúrgicos, introdução de novas tecnologias no mercado, etc. Apenas como ilustração, relembro aqui o excelente e corajoso trabalho de rastreamento de um elevado volume de textos da revista *Veja*, realizado pelo jornalista Luis Nassif.

Mesmo em reportagens, digamos, éticas, não estariam alguns jornalistas especializados, consciente ou inconscientemente, fazendo o papel de porta-vozes de cientistas ou de instituições que, por meio de seus departamentos de comunicação encontram maneiras sutis de manipular o trabalho jornalístico?

Há mais de uma década, o então subeditor de Ciência e Meio Ambiente do jornal *O Globo*, Paulo Mattos, assim se expressou, de modo radical:

A Amazônia é o pulmão do mundo? Não foram erros só dos jornalistas, foram erros dos cientistas; confundir animais raros por natureza com animais em extinção veio também dos cientistas. A crítica que se coloca é que nós, jornalistas ecológicos ou científicos, estamos repetindo, estamos virando papagaios de cientistas, de empresas e de ONGs (MATTOS, 1993).

É claro – ao menos é de se esperar – que em uma década e meia a compreensão dos jornalistas tenha evoluído para melhor no tocante às questões científicas e ambientais. Igualmente como é de se esperar que essa evolução tenha chegado ao leitor/ouvinte/espectador, tornando-o capaz de compreender conceitos científicos de modo diferente de há 15 anos. Por exemplo, por ocasião do Fórum Mundial que se realizou durante a Eco-92, no Rio de Janeiro, uma rede de televisão perguntou a

diversas pessoas, no Aterro do Flamengo, o sentido de algumas palavras que acabavam de entrar no imaginário popular via mídia. Uma das perguntas foi: o que é biodiversidade? As respostas, a seguir:

1) De um jovem: “Biodiversidade tem sentido figurado ... eu ainda não ...”; 2) De um hare-krishna: “Ainda não pesquisei....” 3) De um homem com cabelos grisalhos: “É a destruição do meio ambiente pelos dois lados...”; 4) De um homem de meia idade: “É a diversidade na unidade conforme proclama nosso querido Dalai-Lama, né?”

Uma questão suscitada por essas respostas: hoje, 15 anos depois daquela reportagem, as pessoas comuns, os recebedores da mídia brasileira, dariam respostas diferentes?

A questão faz sentido porque, ao menos nas formas de divulgação via grandes meios, não existe a preocupação de explicar o sentido de palavras que, a despeito de já integrarem o imaginário coletivo, permanecem como nichos de uma miríade de sentidos, só compreensíveis a partir dos contextos de seu emprego. E outra questão: os jornalistas especializados em ciência acham-se preparados para fazer a exata distinção entre o ambiente e as estratégias do laboratório e o ambiente e as estratégias da Redação de seus jornais? A questão faz sentido quando pensamos no interesse do universo recebedor, a utilidade pública da informação científica devidamente decodificada para a compreensão não especializada. (A essência do Jornalismo Especializado seria, então, produzir narrativas não especializadas a partir de buscas cujos relatórios só se tornam compreensíveis nos ambientes de pesquisa).

É evidente que há os que têm esse preparo e essa consciência, como constata a grande batalhadora pelo jornalismo científico no Brasil, Fabíola de Oliveira, dez anos depois daquelas respostas do Aterro do Flamengo: “O conhecimento e a discussão sobre a ciência há muito deixaram de ser privilégio de cientistas e pesquisadores presos no laboratório, trabalhando muitas vezes distanciados da realidade social” (OLIVEIRA, 2002, p. 17).

A própria Fabíola produziu sua dissertação de mestrado, em 1990, na ECA-USP, sobre “Jornalismo científico e Amazônia: estudo de quatro jornais brasileiros”, da qual o quarto capítulo “A visão de um jornalista da Amazônia” constata que Lúcio Flávio é “um militante, quase um guerrilheiro solitário do jornalismo na Amazônia” (OLIVEIRA, 1990, p. 128-129).

Nessa interseção podemos considerar o jornalismo do Jornal Pessoal como disseminador não apenas do rotineiro “factual”, para inserir-se no esforço que requer a realidade social carente do conhecimento para situar-se no mundo, ter o domínio de seu ambiente, compreender o que lhe está à volta. Sem rótulo nem adjetivo, supomos ser esse o objetivo do alternativo amazônico: não desconhecer a ciência – o que a sua história e o volume de seus textos comprovam – porém manter-se fiel àquilo que poderíamos chamar de a essência do conceito de jornalismo: procura, seleção, análise e divulgação crítica dos fatos que não podem passar despercebidos da sociedade, sob qualquer pretexto de tempo e lugar.

IV. Conversa com o autor do JP:

Pergunta: Se alguém classificasse o JP como um jornal que privilegia a divulgação do conhecimento científico, que dirias?

Lúcio Flávio Pinto (LFP): Que não é verdade. Uso a ciência para dar maior consistência ao meu jornalismo. Se escrevo sobre hidrelétricas, estudo como é que elas são construídas, como funcionam, seus efeitos. Se é sobre desmatamento, estudo a geografia da região, a floresta, as conseqüências da sua derrubada, o significado econômico que elas têm. Se falo de mineração, a mesma coisa: procuro me familiarizar com a geologia, a economia mineral, etc. Se quero saber como está uma empresa, vou analisar o seu balanço. Se quero saber como age um governo, consulto o Diário Oficial para verificar seus atos. O conhecimento científico é um dos meios para chegar à verdade, assim como são meios a entrevista, a visita a locais.

Pergunta: Acreditas que o jornalismo científico é uma forma específica de jornalismo diante do jornalismo geral?

LFP: Nunca usei a expressão e acho que essa especialização não devia existir. Já fiz matérias sobre ciência, esporte, economia ou política sem ser um jornalista especializado. A especialização é um componente adicional, mas não essencial. Posso ser especialista em cachimbos e escrever sobre polícia.

Pergunta: Como vê a divulgação do conhecimento científico na mídia paraense e amazônica? Difere em algo da "grande" mídia "nacional"?

LFP: Não. A imprensa nacional tem mais vantagens porque tem mais gente e meios & modos de apurar a produção científica mais de perto e amplamente. Na

imprensa local é produto do acaso ou de circunstâncias. Não há qualquer forma de cobertura sistemática.

Pergunta: Andrea Semprini (1996, p. 183) referindo-se ao que ele chama de “discurso pedagógico” discute uma dissimetria entre o enunciador e o enunciatário, entre os quais se estabelecería uma relação de desigualdade. Fouquier & Verón (1985, p. 111), em pesquisa para o Ministério da Cultura da França, criticam a "vulgarização" da ciência da forma como em geral se pensa e faz em muitos fóruns. Para eles, referindo-se à mídia e à TV em particular, o divulgador científico ou o cientista que se dispõe a "divulgar", se sentem numa posição enunciativa superior aos destinatários de suas mensagens. Nesse processo, o receptor da mensagem é considerado como "ocupante de uma posição complementar inferior", um ser necessitado (da informação), mas inconsciente dessa necessidade. A questão: Num dos momentos da tese da Professora Maria do Socorro Veloso Furtado está escrito que, em eventuais controvérsias com teus leitores, dás a palavra a eles (o JP comprova), porém a última palavra sempre é tua. Existiria, nessa tua posição, alguma coincidência com o que dizem os autores que citei acima? Teu leitor se assemelha ao receptor da informação científica tal como visto pelos autores citados?

LFP: Ele se coloca nessa posição, mas eu gostaria que fosse mais ativo. Só tenho a última palavra se o leitor nada mais tiver a dizer a respeito das questões que discutimos. Às vezes algumas pessoas dizem que escrevo muito mais do que o leitor ao responder-lhe a mensagem. É verdade. Mas só nos casos em que sou acusado. Na inversão do princípio jurídico, quem acusa, no Brasil, não se preocupa em demonstrar suas acusações, tarefa que é transferida ao acusado. Assim, tenho que demonstrar que não sou títere do Jader Barbalho, conforme a acusação recorrente e refratária à lucidez. Fora dessa situação, porém, me contenho para não criar uma relação desequilibrada com o meu leitor e me restrinjo a esclarecer o que ele diz ou a situar o que ele diz no âmbito do interesse coletivo.

O que ocorre, na esmagadora maioria das vezes, é um silêncio (incompreensível ou inaceitável) do leitor a questões tão graves que lhe proponho, que freqüentemente não aparecem em outro veículo da imprensa, apesar de sua relevância para o interesse público. Quem fizer uma análise de signos verbais do jornal constatará a quantidade de perguntas e questões, rastreando o sinal de interrogação. Interrogo permanentemente o leitor, que, no mais das vezes, faz de conta que não é com ele. Infelizmente.

V. Uma Conclusão

Pelo exposto, e pelas palavras do próprio autor do *Jornal Pessoal*, percebemos que não existe, no fenômeno do alternativo amazônida, uma cisão entre o fazer e o refletir, aquela discussão estéril que ainda permanece em muitas escolas de jornalismo, sobre “prática” e “teoria”. Lúcio Flávio informa e dá a sua interpretação à luz de seu conhecimento acumulado, simbiose do cientista social e do jornalista atento aos acontecimentos presentes. Estes acontecimentos são relacionados a descobertas científicas, impregnando a notícia de um saber por meio do qual o leitor poderá compreender melhor o presente, percebendo a sua história e adquirindo a possibilidade de reflexão sobre o futuro.

Embora não possamos inadvertidamente tomar um termo dicionarizado como nicho de sentidos presentes, vale recordar que, na origem, a Ciência, como vemos na etimologia clássica do Latim (Torrinha, 1937, p. 775-776), significa o oposto do desconhecimento e da imprudência. O *sciens* é aquele “que sabe”, que é “informado”, “com conhecimento de causa”, “de caso pensado”. E o verbo correlato, *scire*, traz ainda os sentidos de “compreender”, “reconhecer”, “ver”. Conjuntos de sentidos opostos ao *nescio*, a negação do conhecimento, da informação e da consciência de estar no mundo.

Como afirma Orlandi (1990, p. 235-242), os efeitos de sentido voam ao longo dos séculos, modificam-se, porém os enunciados mantêm a essência de sua história, permanecendo ainda que de modo fragmentário. Neste sentido, muito dos sentidos do *sciens* (e também do *nescio*, como deplora com frequência o autor do JP) podemos encontrar nos textos de Lúcio Flávio, tanto quanto naquelas formas de pensar a ciência e a sua divulgação não especializada por jornalistas especializados. A não ser que estejamos, de modo absurdo, imaginando que possa existir um jornalismo científico cujo conceito se distancie dos conceitos do jornalismo não adjetivado.

Imaginamos que os textos do JP apenas se conformem de modo distinto do conceito geralmente aceito no referente à divulgação científica. A despeito da distinção formal entre o JP e outras forma de disseminação do saber (o que implica também conteúdos) os sentidos milenares do *sciens*, “que sabe”, que é “informado”, “com conhecimento de causa”, “de caso pensado” tornam-se contemporâneos. O sentido de sujeitos que conhecem, compreendem e reconhecem e por isso se posicionam.

Se o trabalho do alternativo amazônico pode ser criticado por rejeitar o cânon da comunidade científica, ao mesmo tempo é criticável um (im)provável apego jornalístico

inadvertido a esse mesmo cânon. A ser isso realidade em alguns ambientes (como já dito, não é a regra geral, por suposto) o jornalista pode ganhar, mas perderá o leitor/espectador/ouvinte/internauta.

Nilson Lage concebe a prática jornalística baseada num tripé, formado pelas linguagens, as tecnologias e as ciências sociais (MEDITSCH, 1992, p. 20). Segundo o mesmo autor (idem), se o jornalismo é produção de conhecimento, é mais do que mera técnica, como foi e ainda é pensado em muitas escolas e manuais que pretendem ensinar a profissão. Há ainda a questão dos rótulos: podemos estar falando, por exemplo, em jornalismo científico a partir deste próprio rótulo, que parece estar ainda muito atrelado a protocolos comunicacionais, dependente de outras instituições que não a lógica e a dinâmica do jornalismo em si.

Se nos desvencilharmos das rotulações com frequência irrefletidas, perceberemos o Jornal Pessoal como um lugar de produção de conhecimento, com seu autor sendo, ele próprio, produtor e não apenas intermediário/intérprete entre quem produz e quem recebe a informação.

Referências

FOQUIER, Eric, VERÓN, Eliseo. **Les spectacles scientifiques télévisés**: figure de la production et de la réception. La Documentation Française, Ministère de la Culture, 1985.

MARTINS, José de Souza. Apresentação. *In*: **Amazônia: no rastro do saque**. São Paulo: Hucitec, 1980 (orelha).

MATTOS, Paulo. Programa **Globo Ecologia**. Rede Globo, 04.04.1993. Acervo do autor.

MEDITSCH, Eduardo. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1992

OLIVEIRA, Fabíola. **Jornalismo científico e Amazônia**: estudo de quatro jornais brasileiros. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação), ECA-USP, São Paulo, 1990.

_____. **Jornalismo científico**. São Paulo: Contexto, 2002

ORLANDI, Eni. **Terra à vista**: discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. Unicamp, 1990.



SEMPRINI, Andréa. Nature et enonciation télévisuelle. In: SEMPRINI, A. **Analyser la communication**: comment analyser les images, les medias, la publicité. Paris: L'Harmattan, 1996, cap. 6.

TORRINHA, Francisco. **Dicionário Latino-Português**. Porto: Gráficas Reunidas, 1942.

VELOSO, Maria do Socorro Furtado. **Imprensa, poder e contra-hegemonia na Amazônia**: 20 anos do Jornal Pessoal (1987-2007). Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação), ECA/USP, São Paulo, 2008.